

**ATA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Renato Câmara e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Paulo Corrêa! Bom dia, senhores deputados, senhoras deputadas, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! *"Ata da Centésima Nona Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Cento e Trinta e Quatro da Centésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 48 a 55/2025, do Poder Executivo; Ofício nº 269/2025, do Poder Executivo. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Zé Teixeira, Junior Mochi, Caravina, Antonio Vaz, Roberto Hashioka e Mara Caseiro. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Jamilson Name, Paulo Corrêa, Lia Nogueira, João Henrique e Gleice Jane. **GRANDE EXPEDIENTE** - Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** - Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 161/2025, de autoria da deputada Mara Caseiro. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 213/2025, de autoria do deputado Antonio Vaz; Projeto de Lei nº 255/2025, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada ao prefeito de Deodápolis, senhor Jean Gomes, pela iniciativa de enviar à Câmara o projeto de lei que estabelece uma política municipal de incentivo e apoio aos produtores de leite do município, que beneficiará a rede pública de ensino e outros programas sociais; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada às alunas Fernanda Paulis, Maria Eduarda Patene Xavier e Lívia Zalnierukynas da Cruz, aos professores Anderson Douglas da Rocha Souza e Fernando Luiz Gonçalves e à diretora da Escola Sesi de Naviraí pela conquista do primeiro lugar nacional na Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR) – Etapa Nacional, realizada em Vitória/ES, na modalidade Resgate – Nível 1, competição que reuniu as quarenta melhores equipes do Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria do*



deputado Professor Rinaldo, endereçada ao maestro Paulo César Silva; requerimento, de autoria dos deputados signatários, solicitando a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Farmacêutica no Estado de Mato Grosso do Sul; requerimento de informações, de autoria das deputadas Gleice Jane e Lia Nogueira; indicações, de autoria dos deputados Pedro Kemp, Gleice Jane, Renato Câmara, Zé Teixeira, Professor Rinaldo, Lia Nogueira, Caravina e Junior Mochi.
EXPLICAÇÕES PESSOAIS - *Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e cinco de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco." Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em discussão a ata, que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhoras e senhores deputados, público aqui presente e todos que acompanham a nossa Sessão pela TV e Rádio ALEMS! Expediente da Sessão Ordinária do dia 26 de novembro de 2025: Mensagem nº 56/2025, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que autoriza o Poder Executivo estadual a aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), de que trata da Lei Complementar Federal nº 212, de 13 de janeiro de 2025, e a celebrar contratos e termos aditivos de contratos de refinanciamento de dívidas com a União, no âmbito do Propag, e dá outras providências (Prot. nº 4.838/2025); Ofício nº 10.347/2025, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2.675/2025); Ofício nº 730/2025, da Caixa Econômica Federal, encaminhando Crédito de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União (Prot. nº 4.783/2025); Ofícios nºs 48.706, 48.710, 48.714, 48.718, 48.722, 48.726, 48.730, 48.734, 48.738, 48.742, 48.746, 48.762, 48.932, 48.935, 48.938, 48.941, 48.944 e 48.948/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Renato Câmara, Junior Mochi, Coronel David, Professor Rinaldo, Pedrossian Neto, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Zé Teixeira, Mara Caseiro, Caravina, Neno Razuk, Gleice Jane, Jamilson Name e Paulo Corrêa (Prot. nºs 3.233, 4.115, 3.974/2025); Ofícios nºs 14.243, 14.243 e 14.271/2025, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo a indicações/requerimentos dos deputados Caravina, Lia Nogueira e Pedro Kemp (Prot. nºs 3.974, 1.633, 4.082/2025); Cartas nºs 1.268 e 1.272/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lidio Lopes e Junior Mochi (Prot. nºs 4.075, 4.113/2025). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Brasília Aparecida Neves Farias, a Cida Farias, vereadora do município de Amambai; e da Isa Jane Marcondes, vereadora do município de

Dourados. Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Bom dia, senhor presidente! Eu vou apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Rodrigo Perez, secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica; e ao senhor Jaime Elias Verruck, secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, solicitando o incremento de dois pacotes de tapioca de mandioca, produzidos dentro do estado, nas cestas básicas estadual, escolar e social. Esta solicitação foi encaminhada ao meu gabinete pelo vereador Chicó, do município de Ivinhema. Apenas isso, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Lígia Borges, vereadora do município de Amambai. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Frederico Felini, secretário de Estado de Administração, e ao professor doutor Laércio Alves de Carvalho, Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, solicitando a concessão de benefícios funcionais que visam à valorização dos servidores efetivos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Esta é uma demanda da Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Aduems). A associação almeja a valorização dos professores de ensino superior daquela instituição. Entre as principais demandas apresentadas pela categoria, destaca-se a correção da distorção da tabela salarial do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração, com atualização do piso por meio do acréscimo de 44,48% na remuneração. Essa é a defasagem salarial dos professores da UEMS. Tal medida é fundamental para recompor a defasagem acumulada desde 2014, garantindo justiça remuneratória e alinhamento às responsabilidades inerentes à carreira acadêmica. Outra reivindicação urgente diz respeito à revogação da contribuição previdenciária de 14% imposta aos docentes aposentados da UEMS. Esta é uma grande injustiça cometida contra os aposentados de Mato Grosso do Sul, e aqui nós estamos reivindicando que seja revogada essa cobrança, que causa redução injusta nos vencimentos dos professores aposentados. Também se solicita a instituição do reenquadramento da carreira para os docentes aposentados que, à época da aposentadoria, já haviam cumprido os pré-requisitos necessários para acessar os níveis 5 e 6 da carreira, mas foram impedidos devido à regulamentação tardia dessas etapas, ocorrida somente em 2018 e 2021. O reenquadramento corrige uma injustiça histórica e assegura isonomia entre os ativos e os aposentados. Quero lembrar que não é um número muito grande de professores aposentados que foram prejudicados nesse reenquadramento

e que isso não causará um impacto significativo na folha dos servidores da UEMS. E, por fim, também se reivindica garantir o acesso universal ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva a 100% dos cargos de professor de ensino superior da UEMS, uma vez que o Tide é essencial para fortalecer a pesquisa, elevar a qualidade do ensino e ampliar a inserção científica da instituição. Então, nós estamos aqui repercutindo e encaminhando ao Governo essas afirmações que foram trazidas pelos representantes da Aduems, para que a gente, de fato, valorize os docentes da nossa universidade estadual e garanta melhores condições de trabalho e mais motivação para atuarem em nossa universidade estadual. Esperamos o apoio dos nobres colegas desta Casa, para que nós possamos promover, de fato, essa valorização dos professores da Uems. Também, senhor presidente, estou aqui encaminhando um requerimento de informações. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando esclarecimentos quanto à não regulamentação, até agora, da Lei nº 6.317, de 2024, de minha autoria. Essa lei já completou um ano, e dispõe sobre o acesso a produtos da cannabis medicinal, conhecida como canabidiol. Nós aprovamos aqui essa lei para garantir que este medicamento seja ofertado na rede pública de saúde. Muitas pessoas vêm se beneficiando — pessoas com fibromialgia, dores crônicas, crises convulsivas, enfim, várias enfermidades — e se beneficiam com o uso do canabidiol. Só que este remédio é caro. As pessoas precisam ter acesso a esse benefício, e nós aprovamos a lei aqui em outubro do ano passado e, até hoje, o Governo não a regulamentou, para que ela seja dispensada na rede pública de saúde do Mato Grosso do Sul. Eu não sei por que tanta demora. Já fiz uma visita ao secretário de Saúde; ele disse que ia montar uma comissão para fazer a regulamentação da lei, o protocolo de como o canabidiol vai ser dispensado na rede pública — e, até agora, nada. Eu não sei por que tanta demora! O Estado de São Paulo já aprovou a lei, já regulamentou, e o remédio está no posto de saúde. Aqui em Mato Grosso do Sul, muitas pessoas de baixa renda já poderiam ter acesso ao canabidiol; mas, até agora, nada. Então, nós estamos aqui cobrando explicações do secretário de Saúde quanto à regulamentação desta nossa lei. E, por último, apresento uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao produtor cultural Jorge de Barros pela realização da Festa da Cultura Raiz, que ocorreu de 19 a 23 de novembro, no distrito de Piraputanga. O evento ocorreu como uma expressiva ação artístico-cultural, articulando turismo, história local e epistemologias brasileiras indígenas. A festa resgatou a cultura local — e num ambiente tão admirado pelos turistas, que é aquela região de Piraputanga. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor governador Eduardo Riedel,

com cópias ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Sanesul, e ao senhor Leopoldo Godoy do Espírito Santo, diretor de Engenharia e Meio Ambiente, solicitando que seja realizado o abastecimento e a canalização de água no bairro Santa Felicidade, no município de Dourados. A proposta em questão busca atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Weverton Matias. Atualmente, os canos de água do bairro estão expostos, facilitando vazamentos frequentes — e esses vazamentos têm causado sérios transtornos, tornando as ruas intransitáveis e prejudicando a mobilidade dos moradores. Além disso, a água acumulada representa risco à saúde pública, pois contribui para a proliferação de doenças. Entendemos que a manutenção e a melhoria da infraestrutura urbana são fundamentais para a qualidade de vida da população. Sendo assim, solicitamos que sejam realizadas obras de substituição e reparo das redes de encanamento de água, visando solucionar os problemas atuais e prevenir futuros vazamentos. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística; e ao senhor Euro Nunes Varanis Júnior, superintendente regional do Dnit em Mato Grosso do Sul, solicitando estudo para remanejamento da balança de pesagem de veículos, instalada no Indubrasil, nesta Capital. Esta proposta foi encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Gil Amaral. Tal solicitação se justifica por conta dos frequentes transtornos observados na região e pelos riscos gerados à população local. Devido à localização atual do equipamento, inúmeros caminhoneiros têm utilizado vias urbanas — especialmente a rua Candeias, para desviar da fiscalização, aumentando significativamente o fluxo de veículos pesados em áreas residenciais. A situação tem causado impactos negativos à mobilidade, à segurança e ao bem-estar dos moradores, e representado riscos potenciais às crianças e aos adolescentes que circulam diariamente nas proximidades da Escola Estadual Ulysses Serra Neto. Era só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira. Quero agradecer a presença do Fábio Melo, presidente da Câmara Municipal de Batayporã, e do vereador Johnny Guerra Gai, do município de Coxim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, colegas parlamentares, público presente neste Plenário e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu trago uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel e ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando, em caráter prioritário, a execução da Operação Tapa-Buraco na MS-160, no trecho entre os municípios de Tacuru e Sete Quedas. O objetivo é atender à demanda de motoristas e moradores que utilizam diariamente a rodovia, cujo pavimento se encontra em condições precárias, o que tem causado transtornos e, principalmente, risco iminente de acidentes. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de

Infraestrutura e Logística e ao senhor prefeito de Dourados, Marçal Filho, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de duplicação da rua General Osório, no trecho compreendido entre as ruas Monte Castelo e Frei Antônio. Essa proposição visa atender a um pleito antigo da população douradense. A duplicação da rua General Osório, no trecho citado, mostra-se necessária, porque estabelece uma ligação importante entre diversos bairros de Dourados, concentrando intenso fluxo de veículos diariamente, especialmente nos horários de pico. Nesse trecho, há uma faixa de área remanescente de calçada, de aproximadamente 17 metros, que poderá ser utilizada para a construção de uma segunda pista, possibilitando a ampliação da capacidade viária e a reorganização do tráfego. A outra indicação partiu de uma visita *in loco* que fizemos à Deam - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, em Dourados. Desde 20 de outubro, deputada Mara Caseiro, a delegacia vem atendendo 24 horas no interior do estado. Isso é resultado de um trabalho do meu mandato, do nosso empenho, da nossa dedicação e da luta da bancada feminina desta Casa. No interior, os casos de violência contra nós mulheres têm sido maiores, proporcionalmente, por número de habitantes, quando comparados à Capital. Eu estive na delegacia, em Dourados; fui recebida pelas duas delegadas que cumprem o plantão e que realizam hoje o trabalho de rede de proteção, de acolhimento, mas principalmente de enfrentamento da violência contra as mulheres. Eu vou ler a indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira; e ao prefeito de Dourados, senhor Marçal Filho, solicitando a união de esforços para designação ou contratação de psicólogas para atuarem na Deam de Dourados, pois atualmente apenas uma profissional atende na delegacia — e os casos de violência têm aumentado. Nós tivemos acesso às estatísticas que demonstram, deputada Mara Caseiro, que, neste primeiro mês de funcionamento 24h, que se completou no dia 20, as ocorrências aumentaram. O expediente, que antes ia até as 17 horas, agora vai até as 19 horas e 30 minutos, e, após esse horário, o atendimento é transferido para a Depac. E houve, sim, um aumento na quantidade de registros, o que comprova que a delegacia tem de atender 24 horas. Normalmente, a violência ocorre à noite e durante a madrugada. E, no interior do estado — e Dourados é um exemplo —, as vítimas não têm esse espaço de acolhimento. Portanto, nós estamos apresentando esta indicação. E, ainda nessa seara, apresento um requerimento. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel; ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira; e ao senhor prefeito Marçal Filho, solicitando resposta aos seguintes questionamentos: "1 - Qual é a previsão para disponibilização de psicólogo e assistente social para atuarem na Sala Lilás da Depac de Dourados, indicando o prazo estimado para início das atividades, o regime de trabalho e a forma de funcionamento do atendimento; 2 - Quais medidas concretas estão sendo adotadas para viabilizar essa designação de psicóloga e assistente social para a Sala Lilás da Depac, bem como o cronograma previsto para a efetivação desses profissionais." A Sala

Lilás, instalada na Depac, constitui um importante instrumento de acolhimento humanizado às mulheres, crianças, adolescentes e demais vítimas de violência doméstica, familiar e sexual — já que, em Dourados, por exemplo, nós não temos uma Delegacia de Atendimento à Criança e ao Adolescente. O funcionamento adequado do espaço depende, de forma essencial, da atuação integrada de profissionais da psicologia e do serviço social, aptos a oferecer escuta qualificada, apoio emocional e orientação quanto às medidas de proteção e à rede de atendimento disponível. Conforme o extrato do Termo de Cooperação Mútua nº 033/2024, as partes pactuaram colaboração mútua visando à instalação da Sala Lilás na delegacia do município, garantindo o espaço destinado ao atendimento humanizado e especializado à mulher, às crianças e aos adolescentes vítimas de violência. Vale destacar que a cooperação mútua foi firmada ano passado, na gestão anterior, em Dourados, entre o município de Dourados e o Governo do Estado. Estamos apresentando, presidente, esse requerimento para que possamos avançar. Já foi pactuado; agora precisamos efetivar esse termo de cooperação para que tenhamos uma estrutura realmente de acolhimento às vítimas, que, ainda hoje, deputado Rinaldo, estão enfrentando esse ciclo de violência. Nós precisamos salvar as mulheres de Mato Grosso do Sul. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos e agradecemos a presença do vereador Daniel Moretto, presidente da Câmara Municipal de Naviraí; e do vereador João Paulo da Silva Souza, do município de Batayporã. Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público aqui presente, imprensa e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS! Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Flores, solicitando a realização de obras de manutenção e recapeamento em trechos da rodovia MS-450, no percurso que abrange os distritos de Camisão, Piraputanga e Palmeiras, considerando o desgaste acentuado do pavimento, que compromete a segurança e o desenvolvimento turístico regional. Este pedido nos foi encaminhado pelas lideranças locais e por turistas que costumam visitar a região. Temos ali o acesso ao Morro do Paxixi, local turístico bastante frequentado pela população do estado e pelo Brasil todo. O turismo na região é muito bem explorado. Por isso, precisamos apresentar estradas com condições de tráfego. Nesse período de chuvas, o desgaste da pista se acentua ainda mais. Diante disso, solicitamos providências. A segunda indicação também envolve a Agesul. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Flores, solicitando a execução do serviço de pavimentação asfáltica da rodovia MS-345, no trecho que liga o município de Aquidauana ao distrito de Cipolândia, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos usuários — principalmente durante os períodos chuvosos — e os transtornos ocasionados pela atual condição da via. Este pedido foi encaminhado ao meu gabinete pela liderança da aldeia Limão Verde e dos



produtores rurais. Já existe uma programação de pavimentação de rodovias estaduais, e a gente pede que seja dada atenção especial à MS-345, que liga o município de Aquidauana ao distrito de Cipolândia. Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para informar que amanhã eu e a deputada Lia Nogueira estaremos em Brasília, acompanhando a eleição nacional do nosso partido, o PSDB, que amanhã elegerá o seu presidente nacional. Provavelmente, em consenso, será escolhido o deputado federal Aécio Neves, que já presidiu o partido em outra oportunidade. Essa decisão, claro, repercute diretamente em todos os estados, já que, a partir da eleição nacional, serão definidos os comandos regionais. O deputado Paulo Corrêa, que também pertence ao PSDB, é da Executiva Estadual do partido. O PSDB, que tem seis deputados estaduais, três deputados federais, quase trezentos vereadores e, mesmo que alguns prefeitos tenham deixado o partido — uns migraram para o PL e alguns para o PP —, ainda possui vinte e dois prefeitos. Portanto, o PSDB é um grande partido de Mato Grosso do Sul, e agora está se reconstruindo em nível nacional, com a mudança da Executiva Nacional. Nós vamos representar lá os demais parlamentares e todos os componentes desse importante partido, que tem uma história no Brasil. O PSDB fez o Plano Real e tantas outras coisas importantes. Agora, o partido tenta se reconstruir para entrar novamente no protagonismo da política nacional — sem extrema-direita, sem extrema-esquerda. O centro é o equilíbrio, é o caminho que o país deve seguir para ter sucesso no futuro, na sua administração nacional. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobre companheiro e parceiro Paulo Corrêa! Bom dia, deputados e deputadas! Bom dia, todos que hoje nos visitam aqui! Vejo Batayporã presente: Fábio, Marquinhos, João Paulo, Andria... Vejo também a Isa Marcondes, de Dourados... E o Daniel Moretto, da nossa querida Naviraí. Obrigada a todos pela presença. Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho; e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a execução do projeto de drenagem e pavimentação asfáltica da rua Pérsio Antunes de Oliveira, no bairro Harry Amorim Costa, no município de Naviraí. A presente indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Ederson Dutra, o Neninha, da Câmara Municipal de Naviraí, que, hoje, nos presenteia com sua presença. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e



Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho; e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando a instalação de redutores de velocidade (lombadas eletrônicas) nos trechos da MS-379 que transpõem as localidades de São Jorge e Central Bonfim e em frente à Coamo e ao Parque de Exposições Colorindo Pezzarico, no município de Laguna Carapã. Esta indicação atende ao pedido formulado pelo vereador Tarcísio Ferreira dos Santos, da Câmara Municipal de Laguna Carapã. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Quero agradecer a presença da vereadora Andrea Cruz e do vereador Marcos Saovesso, ambos do município de Batayporã. Sejam bem-vindos! Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, primeiro eu quero registrar — embora eu saiba que já foi mencionada — a presença da vereadora Isa, de Dourados. À parte qualquer diferença política e ideológica, ela faz um trabalho muito interessante, pé no chão, popular. Esse comportamento humanizado da política é o que o povo espera de nós que temos mandato. Parabéns, vereadora! Em segundo lugar, apresento uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara de Carvalho; bem como ao diretor-presidente da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, solicitando, com urgência, a realização de obra de recuperação da pista da rodovia MS-145, no trecho compreendido entre o trevo com a BR-267, nas proximidades do distrito de Pana, no município de Nova Alvorada do Sul, até o distrito de Ipezal, no município de Angélica. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Apenas para lembrar Vossa Excelência e esta Casa que hoje, às 14 horas, no Plenarinho — que leva o nome do seu saudoso pai, Nelito Câmara, que foi colega meu e do deputado Paulo Corrêa —, realizaremos, por iniciativa da Comissão de Agricultura Familiar, Povos Indígenas e Quilombolas, que presido, uma audiência pública com a presença de diretores da Energisa. Todos estão convidados. Recentemente, fizemos uma audiência com representantes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal para tratarmos da melhoria no atendimento aos financiados pelo Pronaf, agora queremos dialogar com a Energisa sobre alternativas para melhorar a qualidade da energia elétrica na área rural. Imagino que nas fazendas a situação seja difícil, mas nos assentamentos e comunidades quilombolas é um desastre. Um simples trovão derruba a energia. E ontem eu disse ao presidente da Energisa que queremos tratar disso com todo o cuidado e respeito que o caso exige. Para finalizar, senhor presidente: no ano que vem queremos iniciar um grande programa de agroindustrialização nos assentamentos, com recursos já alocados pelos deputados Vander e Camila. Vamos atuar em cinco setores:



frutas, mel, mandioca, panificação e leite. Tendo matéria-prima, vamos implantar pequenas unidades para fortalecer o cooperativismo e o associativismo, avançando no processo de agregar valor. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Boa iniciativa, deputado. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, deputado Renato Câmara, presidente desta Sessão! Bom dia, caros colegas e público que nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia! Eu quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, conforme o artigo 138 do Regimento Interno, o uso da tribuna no dia 4 de dezembro à ex-presidente do Sisalms e coordenadora do Fórum Estadual dos Servidores de Mato Grosso do Sul, Ana Cláudia Gomes, que discorrerá sobre a reforma administrativa (PEC nº 38), em tramitação no Congresso Nacional. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Registramos e agradecemos a presença do vereador Edson Souza, do município de Dourados. Seja bem-vindo! Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Bom dia, senhor presidente em exercício, deputado Renato Câmara! Bom dia, nobres pares! Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem pela TV Assembleia! Eu vou fazer duas indicações. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador, Eduardo Corrêa Riedel, com cópias ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor da Agesul, senhor Mauro Azambuja Rondon, solicitando estudos para o recapeamento da rodovia MS-180, no trecho compreendido entre os municípios de Juti e Iguatemi. Esta é uma reivindicação antiga e legítima da população local, especialmente dos moradores da zona rural, produtores, comerciantes e motoristas que utilizam diariamente essa via para o transporte de pessoas e mercadorias. Justificativa anexa. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao prefeito do Parque dos Poderes Governador Pedro Pedrossian, senhor Daniel Paulo Nunes Escobar, solicitando estudos técnicos e administrativos visando ao reforço imediato do patrulhamento ostensivo, policiamento preventivo e ações integradas de segurança no Parque dos Poderes, especialmente nas primeiras horas — por volta das 4 horas da manhã — e nos finais de semana, bem como a intensificação das rondas nos estacionamentos, trilhas e áreas adjacentes às secretarias situadas no parque, providenciando medidas que garantam a integridade física dos cidadãos que utilizam o local para atividades esportivas e de lazer. O Parque dos Poderes constitui um dos mais importantes cartões-postais de Campo Grande, reunindo não apenas as sedes dos Poderes

Executivo, Legislativo e Judiciário, mas também uma expressiva área ambiental integrada ao cotidiano da população. O local é amplamente utilizado pela população para lazer com a família e, principalmente, para práticas esportivas, como caminhadas, ciclismo e corrida, sobretudo a partir das 4 horas da manhã, horário habitual dos atletas que buscam no complexo um ambiente adequado e seguro para suas atividades. Entretanto, nos últimos meses, têm-se intensificado relatos de insegurança no Parque dos Poderes, com a crescente falta de patrulhamento e policiamento — situação que expõe atletas e demais frequentadores a riscos graves. Queixas recorrentes dão conta de tentativas de assédio e atos libidinosos cometidos por indivíduos que se aproveitam da pouca iluminação e da ausência de vigilância no local. Ressalte-se, especialmente, o episódio ocorrido hoje, no qual uma mulher, durante sua atividade física, foi abordada por um indivíduo armado, que tentou arrastá-la para o matagal existente nas imediações. A vítima não sofreu danos maiores graças à intervenção imediata de um ciclista que presenciou a situação e acionou a Polícia Militar, que prontamente adotou as medidas cabíveis. Além disso, há registros frequentes de festas irregulares nos estacionamentos em frente à Sefaz e à Sead, com consumo de bebidas alcoólicas e drogas. Além disso, ocorrem muitos casos de direção perigosa, o que eleva substancialmente o risco de acidentes e aumenta a sensação de insegurança no local. Trata-se, portanto, de uma situação que demanda providências imediatas por parte do Estado. É fundamental garantir segurança e tranquilidade aos cidadãos que utilizam o Parque dos Poderes. Cabe ao poder público assegurar condições adequadas de proteção e prevenção, sobretudo em áreas destinadas ao lazer e à prática esportiva, cuja natureza deveria inspirar confiança, bem-estar e plena fruição da população. A presente indicação busca contribuir para o fortalecimento das ações de segurança pública no Parque dos Poderes, preservando vidas, combatendo práticas ilícitas e assegurando o uso saudável e responsável desse importante patrimônio ecológico e administrativo do nosso estado. Peço o apoio desta Casa. Quero salientar que uma servidora desta Casa, ao adentrar em seu veículo aqui no Parque dos Poderes, foi abordada por um cidadão que exibiu seus órgãos genitais. Ou seja, nós precisamos tomar uma atitude para preservar a segurança de quem caminha no Parque dos Poderes e dos atletas que treinam aqui às 4, 5 horas da manhã. Há muitos atletas de alto rendimento que competem e que precisam de segurança nesse espaço. Era o que tínhamos. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Não havendo mais oradores inscritos. Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 4.847/2025, 4.846/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: duas indicações (Prot. nºs 4.852/2025, 4.851/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: duas indicações (Prot. nºs 4.845/2025, 4.844/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 04840/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: uma indicação (Prot. nº 4.850/2025); um requerimento (Prot. nº 4.849/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 4.848/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: uma moção de congratulação (Prot. nº 04837/2025); um projeto de lei (Prot. nº 4.836/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: três indicações

(Prot. nºs 4.842/2025, 4.841/2025, 4839/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro. Vossa Excelência dispõe de 30 minutos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Bom dia, senhor presidente! Quero anunciar que foi sancionada no dia 18 de novembro a Lei Estadual nº 6.505/2025, de minha autoria, que institui o dia 16 de fevereiro como o 'Dia Estadual de Reflexão e Memória pelas Vítimas de Femicídio em Mato Grosso do Sul'. A data homenageia a Vanessa Ricarte, jovem jornalista sul-mato-grossense assassinada em 2025 pelo ex-namorado, o músico Caio Nascimento. O dia 16 de fevereiro foi escolhido por ser a data de seu *nascimento* — um gesto simbólico que representa todas as mulheres cujas vidas foram interrompidas pela violência de gênero em nosso estado. O caso da Vanessa chocou Mato Grosso do Sul e impulsionou o aprimoramento de protocolos da segurança pública estadual, evidenciando a urgência de políticas mais efetivas de proteção às mulheres. São objetivos desta lei manter viva a memória das vítimas de feminicídio em Mato Grosso do Sul, promover a conscientização da população sobre a violência de gênero e fomentar ações de enfrentamento do feminicídio e políticas públicas de proteção à mulher; bem como incentivar o debate nas escolas, nos órgãos públicos, nas instituições privadas, nos movimentos sociais e nos meios de comunicação. As ações alusivas à data poderão ser realizadas em parceria com instituições de ensino, órgãos públicos, organizações da sociedade civil e entidades comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres. Além disso, o dia 16 de fevereiro passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Estado, previsto na Lei nº 3.945, de 4 de agosto de 2010. A criação dessa data representa o grito de milhares de mulheres silenciadas pela violência de gênero. Ontem, 25 de novembro, perdemos a trigésima sétima mulher, vítima de feminicídio em Mato Grosso do Sul — um número alarmante, superior ao do ano passado, quando, até esta mesma data, trinta e cinco mulheres haviam perdido suas vidas. Hoje são trinta e sete. Esse aumento reforça a urgência de ampliarmos o debate, fortalecermos as políticas públicas e construirmos redes de proteção mais eficazes. A sanção dessa lei é um passo importante para preservar a memória das vítimas, estimular a reflexão e mobilizar a sociedade para o enfrentamento firme e permanente da violência contra a mulher. Nesta semana, tivemos o IntegraJus-MS, que foi um avanço significativo no enfrentamento do feminicídio e da violência contra a mulher. Esse sistema inovador, apresentado pela desembargadora Jaceguara Dantas, no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, integra em tempo real as informações da Segurança Pública e do Judiciário. Com essa ferramenta, boletins de ocorrência, oitivas gravadas, decisões e medidas protetivas deixam de levar dias e passam a percorrer todo o fluxo de forma quase imediata. Isso significa, sem dúvida, salvar vidas. É um avanço concreto: a possibilidade de uma mulher registrar a ocorrência e, em poucos minutos, ter uma medida protetiva analisada e encaminhada ao policial que irá garantir sua segurança. Se isso tivesse acontecido no caso da Vanessa Ricarte, ela estaria aqui ainda, para continuar a sua vida. Ela foi sozinha à sua casa buscar os seus pertences... Além disso, as oitivas em áudio e vídeo preservam a verdade do relato, fortalecem a responsabilização dos agressores e impedem distorções — como já vimos acontecer em caso recente. Eu quero,

então, parabenizar o Tribunal de Justiça, a Sejusp e todos os profissionais envolvidos, especialmente a desembargadora Jaceguara Dantas, que leva essa inovação ao debate nacional. Mas reforço: tecnologia nenhuma substitui o compromisso diário do poder público em proteger as mulheres. É por isso que sigo firme nesta tribuna: cobrando políticas eficazes, ampliando debates e defendendo que nenhuma mulher seja silenciada pela violência. O feminicídio não é estatística — é urgência, é dor —, portanto precisa continuar sendo enfrentado com coragem, rapidez e responsabilidade. Tem aqui uma fala do secretário Carlinhos: "Nós temos aproximadamente 3 mil medidas protetivas de urgência realizadas com a tramitação eletrônica e a integração dos sistemas. O mais importante é destacar que, por meio de um clique, esse pedido de medida protetiva vai diretamente da Delegacia da Mulher para o gabinete da magistrada ou magistrado, e com apenas um clique volta diretamente para a delegada da mulher com a determinação de cumprimento da concessão da medida protetiva. Como bem disse aqui a deputada Lia Nogueira, há uma evolução no que tange às medidas e às atuações da polícia, do Tribunal de Justiça, do Ministério Público, e é fundamental que leis garantam proteção às mulheres, mas isso ainda é pouco diante dos casos e diante de trinta e sete mulheres que perderam a vida. Numa rápida busca feita pela nossa assessoria hoje, verificamos que, em vários casos feminicídios, inclusive nesse último, o da Aliene Nunes Barbosa, de Dourados, no dia 24 deste mês, o criminoso tinha várias passagens pela polícia. Infelizmente, ela não teve acesso a uma medida eficiente de proteção. E no trigésimo sexto feminicídio a vítima foi a Rosemary Vieira de Oliveira; o caso ocorreu no dia 10 do corrente mês, na cidade de Rochedo. O agressor, preso, é Higor Thiago Santana de Almeida, de extensa ficha, incluindo tentativas anteriores de matar a ex-namorada com dezenas de facadas; episódio relatado em documento, em matérias. Ele é apontado como suspeito de matar brutalmente três pessoas a facadas e incendiar a casa das vítimas, um crime premeditado, por vingança. As vítimas são: 1 - Iralde Vieira Flores, de oitenta e três anos, mãe da vítima; 2 - a filha dela, Rosimeire Vieira de Oliveira; 3 - e o neto Bruno de Oliveira Gonçalves. Foram registrados vários casos, e os agressores tinham uma ficha corrida absurda de violência doméstica. Não sei se a lei já foi sancionada, mas o cadastro de agressores precisa ser, precisa estar aberto, estar acessível a essas mulheres, para que elas possam fazer uma rápida busca e saber com quem está dormindo. Muitas vezes, a mulher dorme com um inimigo. Então, nós temos que procurar aumentar e melhorar a rede de proteção. Hoje a deputada Lia trouxe aqui o pedido de contratação de mais psicólogas para atuarem na Deam de Dourados. Este é bem antigo, não é, Lia? O assunto começou quando eu fiz a minha primeira audiência pública aqui; falamos da educação escolar, que de realmente transforma, e sobre as delegacias abertas 24 horas. Você foi muito contundente aqui, sempre cobrando, e hoje as delegacias atendem 24 horas. Mas nós não podemos parar. Algumas pessoas dizem: "Você só fala de violência contra mulher". Mas nós não falamos só sobre isso. Agora temos falado muito, e temos que continuar falando. E o agressor precisa entender o mal que pratica. Eu vejo aqui a vereadora Marlene, de Angélica. Tenho certeza, Marlene, que você é combativa em seu município, busca alternativas para diminuir

a violência. Esse tipo de crime muito nos entristece. Eu concedo um aparte à deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Deputada, antes de mais nada, quero parabenizar Vossa Excelência por trazer este tema tão necessário a este Parlamento, neste mês de reflexão internacional sobre o combate à violência contra nós mulheres. A gente chega no mês de novembro, mês mais letal em Mato Grosso do Sul para as mulheres, com trinta e sete vítimas de feminicídio. E, assim como Vossa Excelência colocou, nós não podemos naturalizar isso. As vítimas têm rosto, têm história, têm famílias. E nós temos aí os órfãos da violência contra nós mulheres. Esse caso de Dourados nos chocou muito porque a vítima já havia feito a denúncia. Então, a gente precisa também repensar a política pública; precisa repensar as medidas, que têm de ser mais eficazes. E essa questão de efetivar o cadastro é fundamental, para que as mulheres tenham como saber com quem estão se relacionando. E outro ponto que considero crucial é essa política pública que vem da educação, que vem da segurança pública, mas principalmente da educação — para que as crianças aqui de Mato Grosso do Sul possam se formar sabendo que mulher tem que ser respeitada; sabendo que mulher não é propriedade de homem; sabendo que, por mais que exista uma relação conjugal, quando uma mulher diz “não” a uma relação sexual, mesmo com o companheiro, se não há consentimento, é estupro. Nós precisamos pensar também nesse machismo estrutural, aqui no nosso estado, que ainda está muito enraizado. Precisamos falar sobre isso. Quando falamos de medida protetiva, muitas vezes ouvimos: “Ah, essa medida protetiva não protege ninguém!” Mas e se não houvesse medida protetiva? Haveria muito mais casos. Parabéns a Vossa Excelência! Estamos aqui criando leis. Eu tenho, por exemplo, a lei que criou o Programa de Incentivo à Contratação de Mulheres em Situação de Violência Doméstica em Mato Grosso do Sul, que contempla o Programa Recomeço, do Governo do Estado. E eu acho esse programa — e essa lei — de extrema importância. Por quê? Porque muitas mulheres acabam suportando uma relação tóxica por terem dependência emocional. Dependência emocional nós vamos trabalhar com saúde mental; vamos trabalhar o psicológico dessas mulheres. Agora, mais grave do que isso é a dependência financeira. Muitas mulheres que estão nos ouvindo neste momento estão em seus lares, suportando uma relação de opressão, uma relação tóxica, porque não conseguem prover o próprio lar, porque não visualizam um horizonte em que possam sustentar sua casa, seus filhos, de forma digna, e se livrar do monstro com que vivem. Parabéns mais uma vez, deputada!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Eu que agradeço, deputada Lia. E assim: nós também temos aqui o projeto Aluguel Social, que atende mulheres vítimas de violência. O Recomeços foi criado e exclusivamente para as mulheres que estão em abrigos. E nós só temos abrigos aqui em Campo Grande; não temos abrigos em outros municípios. Até porque os municípios pequenos precisam repensar se realmente fazem um abrigo ou não, porque ele pode colocar não só a mulher vítima, mas todas as pessoas que trabalham nesse abrigo, em risco. Não se sabe o que se passa na cabeça de um agressor.

Então, nós precisamos ampliar esse Recomece, para as mulheres que estão em medidas protetivas e que não têm para onde ir com seus filhos. Que elas possam ter esse aluguel social por um tempo, possam ser qualificadas, possam ser orientadas a buscar o mercado de trabalho; que a gente procure o Estado, os Municípios, para achar uma vaga para essa mulher trabalhar — para que ela saia dessa dependência financeira e, a partir daí, não precise mais da mão do Estado para esse aporte, esse aluguel social.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — A senhora me permite um aparte, deputada?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — A senhora me concede um aparte?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Então, nós precisamos ampliar o Recomece. Nós temos municípios hoje... Só um minutinho, deputados. Nós temos vários municípios que já estão criando o Aluguel Social e que têm dado condições para essas mulheres saírem do ciclo de violência. Mas entendo que o Estado precisa dar essa condição... Eu concedo um aparte ao deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputada Mara, obrigado pela concessão do aparte. Vossa Excelência, mais uma vez, traz este tema que mexe com todos os homens e mulheres de bem da nossa sociedade. A pesar de todos os avanços que tivemos — no que diz respeito às ações de todas as instituições organizadas — a primeira Casa da Mulher Brasileira foi instalada em Campo Grande. E isso não é por acaso: nós sabemos que o nosso estado, infelizmente, é um dos que mais registram violência doméstica. E talvez o fato de vermos os números cada vez mais aumentando também tenha o viés da subnotificação, que muitos estados não têm. Quando você tem o amparo das instituições organizadas, você acaba empoderando essa mulher, dando-lhe coragem para fazer a denúncia. Então, esse é um fator que a gente tem de ponderar. Mas eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que existe uma questão chamada fator cultural. Noventa e nove por cento dos meninos — acredito eu — são criados por uma mulher: pela mãe, pela avó, pela tia, por uma madrinha. Por que, então, esse garoto, quando cresce, se torna violento justamente contra a mulher? Isso, a meu ver, tem um fator cultural. Até porque, deputada Mara, no crime passional — eu estava comentando com o deputado Paulo Corrêa — a pessoa fica cega, e o cara cego faz loucura. Se houvesse pena de morte para quem comete feminicídio, digo a Vossa Excelência, com toda tranquilidade: ainda assim aconteceria feminicídio. O que aconteceu na Itália? Em fevereiro, a primeira-ministra, Giorgia Meloni, decretou pena perpétua para quem pratica feminicídio. Por isso, a meu ver, temos que criar leis mais duras. E existe um projeto de lei, já aprovado na Câmara Federal — inclusive de autoria da Rose Modesto, quando foi deputada federal —, que está travado no Senado. E aí eu digo a Vossas Excelências: por um lado, é preciso que haja penas duras, mas, é preciso investir na educação. E aí, deputado Zé Teixeira, deputada Lia, nós apresentamos aqui uma proposta, que virou lei — o governador Reinaldo Azambuja a sancionou em 2020, com a intenção de inserir na grade curricular noções básicas da Lei

Maria da Penha como tema transversal, para os garotos cresçam aprendendo o princípio da tolerância, do amor ao próximo e, acima de tudo, sabendo que em mulher não se bate. Temos, portanto, de trabalhar nas duas vertentes. Nesse sentido, digo a Vossa Excelência que, embora hoje exista na Itália a decretação da pena perpétua, o prefeito de Termeno — de uma cidade no sul da Itália, próxima à cidade onde Maradona jogou, perto de Pompeia — achou interessante essa lei que aprovamos aqui. Minha filha morava lá, em Termeno, na Itália, e descobriu essa lei; e o prefeito quer inserir esse tema na grade curricular, nas séries iniciais daquele município. Portanto, quero aqui, mais uma vez, agradecer a Vossa Excelência por trazer este debate. É inadmissível, deputado Zé Teixeira, essa quantidade de feminicídios. Trinta e sete mulheres perderam a vida porque seus companheiros, aqueles que, diante de Deus, da família e dos amigos, juraram amá-las, respeitá-las e protegê-las em qualquer circunstância, acabaram extrapolando os limites da razão humana e tirando a vida daquelas que juraram proteger. Quero dizer a Vossa Excelência que esta Casa — não só Vossa Excelência, mas os demais deputados — tem dezenas de leis. Só da minha parte são cinco leis diversas sobre a proteção da mulher. E, mesmo assim, a gente continua vendo esses exemplos terríveis, bárbaros — trinta e sete mulheres se foram por falta de compaixão e sensibilidade daqueles que deveriam protegê-las e amá-las. Eu parabeno Vossa Excelência e parabeno os demais colegas que também comungam desse mesmo sentimento. Muito obrigado.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada. Eu concedo um aparte ao deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputada Mara, primeiro eu quero parabenizar Vossa Excelência, porque este tema é diário aqui, pelo que eu noto. Nós estamos terminando o penúltimo ano desta legislatura, e, nesses três anos, o que mais foi tratado nesta Casa foi isso. Então, quero dizer a Vossa Excelência: parece que a data é 16 de fevereiro?

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Isso.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Vossa Excelência quer colocar o Dia contra o Feminicídio...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — É... O Dia de Reflexão em Memória das Vítimas do Feminicídio.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Daqui até essa data, várias outras mulheres serão assassinadas no Brasil, infelizmente. A média aqui é quase quatro mulheres por mês; assassinadas são trinta e sete, dividindo por três anos, acho que dá quatro ou cinco por mês. Eu não concordo com o que o deputado disse a Vossa Excelência sobre a Itália, sobre o Japão, sobre a educação. Porque se fosse questão de educação, um médico ou um advogado não mataria sua esposa. As maiores barbaridades que eu vi em São Paulo foram cometidas por pessoas que receberam boa educação. Vimos o caso do advogado

que matou sua parceira, ele amarrou uma pedra no corpo dela e a jogou num lago. Então, não foi falta de educação, porque um advogado conhece a lei. A meu ver, crimes dessa natureza ocorrem por conta de instintos momentâneos, por falta de respeito entre um ser humano e outro. Não importa se é um homem contra uma mulher; uma mulher contra outra mulher ou um homem contra outro homem, é o instinto, a falta de compreensão que leva ao cometimento de crime. O que aquela guarda municipal em Dourados fez? Nada! O cara prendeu o filho no banheiro para poder matar a mulher.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Premeditado, não é?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Tudo premeditado. O que fez aquela jornalista morta a um débil mental que usava entorpecente? E ele a matou. E tantos outros... Esta semana, um senhor de cinquenta e seis anos matou uma senhora de trinta e três anos em Cassilândia. Então, é o seguinte: ou se faz uma lei severa, dentro da Constituição — prisão perpétua ou castração química —, ou esse problema não será resolvido. Nós vamos criar datas, números... Criamos a Maria da Penha; daqui a pouco teremos de criar o “José da Penha”, porque mulher também mata homem... Então, isso acontece por falta de boa convivência. Nosso país é emergente, e nos países evoluídos também ocorrem crimes — não com essa proporcionalidade, mas ocorrem. Mas eu quero dizer a Vossa Excelência: se o Congresso Nacional não fizer uma lei severa, que faça a pessoa responder, nós vamos ficar aqui — enquanto Deus nos puser aqui como legisladores — fazendo comentários relativos a essa mesma questão. Todos os dias homens matam mulheres, e mulheres matam homens. Uma mulher, lá em Dourados, matou o médico, carneou o médico, por questões de acerto de atestado para vender em Minas Gerais. Calculou, contratou, levou, entrou na casa, degolou e sumiu com o corpo. Esses dias atrás, mataram até um coitado de um padre lá em Dourados, para o qual até a deputada Lia fez aqui uma moção, e eu tive o prazer de assinar. Então, a falta de boa convivência entre as pessoas é complicada, sobretudo entre homem e mulher. Eu nasci na Bahia, e fui encontrar uma italiana lá em Ribeirão dos Índios, e estou casado há sessenta e cinco anos. Eu nunca briguei com a minha mulher. Talvez tenha sido graças ao nosso berço, à nossa criação. Mas isso que estamos discutindo aqui... Você vai fazer a data de reflexão, vai advertir, enfim, e em fevereiro do ano que vem, no dia 16, vai dizer: “Oh! Não se deve matar por a, por b”. No outro dia, virá a notícia de que uma pessoa matou a companheira. Não vai resolver enquanto o Congresso não fizer uma lei rígida! Esse é o meu ponto de vista. Muito obrigado!

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Obrigada, deputado Zé Teixeira. Eu não tenho dúvida de que é preciso haver leis mais duras mesmo, penas maiores — isso é indiscutível. Acontece que, se nós deixarmos de falar, de debater, de propagar, não vamos conscientizar as pessoas. Em pensar, deputada Lia, que há cem anos nem votar a mulher podia... É uma questão comportamental. Nós estamos vendo a mudança de uma geração, um conceito de sociedade diferente daquele que se tinha no passado — e eu posso dar aqui um exemplo da minha casa. Quando eu disse para o meu pai que ia estudar fora, ele

me disse: "Não, minha filha. Mulher não precisa estudar! Mulher tem que cuidar dos filhos, da casa, do marido." Esse era o pensamento. E, hoje, quando se questiona um pai que tem dois filhos — um menino e uma menina — sobre o que ele quer para eles, a resposta é: "Direitos iguais." Ele quer que ambos estudem tenham um destino do qual ele se orgulhe, que possam ser independentes, trabalhar, ter seus filhos — mas dentro do respeito aos direitos iguais. Então, a sociedade está evoluindo. Mas essa evolução também tem trazido um problema: muitas vezes, quando a mulher se reconhece no direito — e é o direito dela — de decidir o seu próprio destino, o homem não aceita, porque ainda acha que a mulher é propriedade dele e que é ele quem deve decidir o destino dela. Nós temos, sim, que debater essas questões. Temos que buscar meios de proteger a mulher. E não tenho dúvida de que, nesse cenário — como disse aqui o deputado Zé Teixeira —, a pessoa perde a noção. Essa pessoa pode, inclusive, estar com a saúde mental comprometida, e eu não tenho dúvida disto: precisa de tratamento psicológico, psiquiátrico. A mulher também precisa. Por isso é que ela tem que denunciar, tem que buscar ajuda, para que o homem possa sair desse ciclo de violência e agressão, possa ser tratado, e para que ela possa continuar a vida dela — e não ter a vida ceifada. É para isto que estamos aqui: para trabalhar e estabelecer políticas públicas de proteção às nossas mulheres e de conscientização de uma sociedade que saiba respeitar esse direito. Muito obrigada, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Presidente, eu quero dar um testemunho.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - PSDB) — Pois não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Nós temos visto aqui muitas discussões colocando em dúvida — e isso é importante — a atenção dispensada pela Cassems aos seus usuários. Eu tenho um único irmão, mais velho que eu. A esposa dele é servidora pública da Agência Fazendária em Coxim. Ele passou mal e, como usuário dependente da esposa na Cassems, na segunda-feira me procurou. Eu consegui marcar para ele uma consulta com um neurocirurgião que, um dia depois — ontem à tarde —, o atendeu. O médico analisou a gravidade e determinou, mediante documentação, que ele fosse internado na Cassems. Eu, pessoalmente, o levei ontem, no final da tarde. Chegando ao pronto-atendimento da Cassems — que estava lotado —, posso afirmar aqui, sem medo de errar, que era muito boa a atenção dispensada às pessoas que lá estavam. Por costume, conversando com todos — não só com o meu irmão —, pude perceber a atenção dos servidores, a agilidade, o processo de atendimento: você chega, já recebe acolhimento, já é encaminhado ao local adequado e passa pela atenção preliminar, pela pré-consulta. Então, é importante testemunhar, porque somente quem precisa usar a Cassems tem a exata noção do seu bom atendimento. Rapidamente encaminharam o meu irmão: ele entrou no Pronto-Atendimento — mas não por ser meu irmão, de forma nenhuma, e sim porque



esse bom atendimento estava sendo dispensado a todos que lá estavam. E ele já recebeu o atendimento, já fez os primeiros exames — eletro e tal — e, quando deu uma hora, uma hora e pouca depois, já foi encaminhado para o apartamento — apartamento de excelente qualidade. Quero registrar a relevância da Cassems para os servidores públicos de Mato Grosso do Sul. Eu faço esse registro porque se ouve tanta crítica, tanta colocação descabida, mas é preciso fazer o contraponto. Eu quero parabenizar a Cassems pela atenção dada a todos aqueles que lá chegam. Não podemos falar só de coisas ruins, temos que falar das boas também.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrado o Grande Expediente. Registramos e agradecemos a presença da vereadora Marlene Diniz, do município de Angélica; do Luiz Bezerra dos Santos, vereador do município de Japorã; do vereador Lourival Velasquez, do município de Japorã; do vereador Carlos César Soares, do município de Japorã; do vereador Jackson Lopes, do município de Japorã; e do vereador Márcio Barbosa de Souza, do município de Coxim. Sejam todos muito bem-vindos! Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o primeiro-secretário sobre o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Há quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados. Item 1. Em discussão única. Projeto de Lei nº 267/2025. Autor: deputado Zé Teixeira... Em razão de compromisso inesperado do autor, ele solicita a inversão da pauta. Coloco, então, o Item 1 para ser discutido ao final da Ordem do Dia. Item 2. Em discussão única. Projeto de Decreto Legislativo nº 014/2025. Autora: Mesa Diretora. "Aprova as indicações de membros para o Fórum Deliberativo do MS-Indústria, representantes da Secretaria de Estado de Fazenda, para o biênio de 2025 a 2027". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, enquanto os colegas votam, eu quero dizer a Vossa Excelência e a esta Casa que, mesmo parecendo enfadonho dar em toda sessão uma boa notícia para o povo brasileiro — para o povo deste estado —, não posso deixar de registrar, meu querido Pedrossian Neto, a seguinte informação: O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revelou que concluiu um levantamento indicando que o principal indicador de desigualdade — a taxa extrema de pobreza — caiu ao nível mais baixo desde 1995. A expansão do Bolsa Família e a recuperação do mercado de



trabalho impulsionaram a melhora social pós-pandemia. Mais outra bela notícia no sentido de construirmos aquilo que queremos: uma sociedade humana, justa e mais igual. Portanto, senhor presidente, quero concluir dizendo — muito feliz — que o Brasil continua crescendo. Brasil está no rumo certo! Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Em votação.

Projeto de Lei nº 251, de 2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezesseis votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 251/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre a obrigação de as empresas prestadoras de serviço público situadas no Estado de Mato Grosso do Sul informarem aos usuários os prazos para ligação, religação, corte ou consumo final do serviço". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral nº 1 e à Subemenda nº 2, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral nº 1 e à Subemenda nº 2, tendo como relator o deputado Lidio Lopes. Em discussão... Para discutir, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu quero prestar alguns esclarecimentos. Este projeto de lei visa obrigar as empresas prestadoras de serviços públicos situadas em Mato Grosso do Sul a informarem os usuários os prazos de ligação e religação, de corte ou de consumo final. O que acontece? Normalmente, uma empresa pode determinar um corte à tarde, quando não tem ninguém na casa. O usuário chega só à noite, e descobre que está sem energia elétrica. Então ele liga, não consegue a religação, e ficar a noite inteira sem luz. A grande questão é que ele não recebe um aviso de que isso pode ocorrer. Como as prestadoras comunicam o vencimento da conta, o que custa comunicar ao usuário — e a maioria tem celular, a grande maioria da população — com um simples aviso: "Amanhã ocorrerá o corte, caso o senhor não atualize o pagamento". Acho que, para elas, isso é importante, porque garante uma receita imediata — porque o usuário vai pagar — e também protege o consumidor desses transtornos. Muitos, inclusive, não deixam de pagar por má-fé; mas por esquecimento. Entendo que essa providência é válida tanto para as empresas prestadoras de serviço de telefonia, como para as de energia elétrica e para as de água e esgoto. Então, por conta disso, apresentamos esta matéria com base no Código de Defesa do Consumidor, sujeitando as empresas, caso não cumpram, às penalidades correspondentes às multas previstas no artigo 58 do Código de Defesa do Consumidor. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Ainda em discussão... Em votação. Quero registrar presença do vereador Cruz, do município de Aquidauana; e do Teixeira. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Projeto de Lei nº 251/2022, de autoria do deputado Junior Mochi.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à redação final. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Emenda Constitucional nº 1/2025. Autor: deputado Zé Teixeira, em coautoria com os deputados Gleice Jane, Lia Nogueira, Caravina, Gerson Claro, Junior Mochi, Marcio Fernandes, Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Pedro Kemp e Zeca do PT. "Dá nova redação ao caput do artigo 88 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul para modificar a data da posse do governador e do vice-governador, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só para deixar claro a quem nos acompanha: a mudança atende ao princípio da simetria constitucional. Foi fixado pela Constituição Federal, e passa a ser dia 6 de janeiro.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero parabenizar pela iniciativa dessa proposta que está sendo aprovada aqui. Durante muito tempo — pessoalmente, como governador, como deputado federal, enfim — eu defendi a tese de que é uma estupidez a posse ser no dia 1º de janeiro. Aparece todo mundo com a cara do tamanho de um tacho, sem saber onde está; ninguém pode festejar, ninguém pode nada... Um horror! E disse agora para a minha amiga Isa: minha amiga, entre com um projeto, para adequar a Câmara Municipal lá da nossa querida Dourados. Parabéns àqueles que votaram favoravelmente a esta proposta.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 1/2025, de autoria do deputado Zé Teixeira e outros.

Presidente — deputado Renato Câmara (MDB).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (sem partido) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Pergunto ao nosso assessor jurídico se o deputado Zé Teixeira encontra-se on-line? Não. Retiro o Item 1 da Ordem do Dia. Item 5. Em discussão única e votação simbólica...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, eu quero pedir vista do Requerimento nº 5 e esclarecimento à Mesa sobre ele — até do ponto de vista legal. É possível? Porque aqui há uma solicitação para realização de uma assembleia da Cassems, por meio da Beca MS. Então, eu não entendi o requerimento e, além de pedir vistas, quero solicitar ao senhor presidente que, junto com a assessoria jurídica, verifique

se esse tipo de requerimento é possível — esse tipo de solicitação. Gostaria desse esclarecimento posteriormente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Pedido de vista concedido. Retirado de pauta e também sob análise da Mesa Diretora. Então, vamos atualizar o Item 5. Em votação simbólica. Sete requerimentos, vinte e nove indicações, uma moção de protesto, uma moção de aplauso e duas moções de congratulação. Não havendo objeção, dou-os por aprovados. Item 6. Em votação simbólica. Moção de pesar. Proposta pelo deputado Pedro Kemp e transformada pela Casa em razão do falecimento do artista plástico Pedro Guilherme Garcia Góes. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOIAS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de dez minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas, eu não poderia deixar de fazer um registro histórico. Ontem, finalmente, encerrou-se um episódio da história recente do nosso país — uma página foi virada. Pela primeira vez, um ex-presidente da República e generais militares de alta patente, além de ex-ministros e de delegados da Polícia Federal, foram presos por tentativa de golpe de Estado, os quais vão cumprir penas que vão de 21 a 27 anos de prisão. Espero que este fato sirva de exemplo. Espero que isso jamais se repita no Brasil. Que a punição aos culpados sirva para o fortalecimento da nossa democracia. Que a vontade popular expressa nas urnas sempre prevaleça e seja respeitada. Jair Bolsonaro entra para a lata do lixo da história. Longe das narrativas que tentam transformar isso em perseguição política, aquele homem fez muito mal ao Brasil. Foi o responsável pela morte de mais de setecentas mil pessoas, pela forma irresponsável como conduziu a crise sanitária na época da pandemia, atrasando a disponibilização das vacinas para o povo, com um comportamento negacionista — e ainda fez graça imitando pessoas que estavam morrendo com falta de ar. Hoje ele enfrenta soluços e falta de ar, e isso gera comoção entre os familiares e algumas pessoas. Mas que ironia! Ele, que lá atrás zombava das pessoas que sofriam em um leito de hospital, morrendo de falta de ar, para o desespero de seus familiares. Aquele homem, que afrontou as instituições, o Supremo Tribunal Federal, o Poder Judiciário, quer fazer crer que atuou sempre dentro das quatro linhas da Constituição. Não quis aceitar o resultado das eleições, tramando um golpe de Estado que previa, inclusive, o assassinato do presidente e do vice-presidente eleitos e de ministro do Supremo Tribunal Federal. A que ponto chegaram esses aventureiros autoritários, planejando, inclusive, a morte de pessoas eleitas pelo povo! Induziu milhares de pessoas a acamparem em frente aos quartéis, exigindo intervenção militar, e a praticarem o lamentável quebra-quebra na sede dos Três Poderes, em Brasília, no famoso 8 de janeiro. Mas o plano fracassou: a democracia venceu. Agora é virar essa página triste da história do Brasil — que tanto mal fez às pessoas — e cuidar para que essa ideologia fascista, negacionista e autoritária, que se espalhou e atingiu um contingente significativo de pessoas, algumas

ainda alimentando essas ideias, seja definitivamente apagada do nosso país. Que a gente tenha como lição, daqui para frente, essa condenação e essa prisão de quem atentou contra a democracia e procurou dar um golpe de Estado. Que essa lição seja aprendida por todos que se propõem a representar o povo num cargo eletivo; que essa lição sirva aos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, para que permaneçam no espaço que a Constituição lhes reserva e cumpram suas funções constitucionais — e que nunca mais se aventurem a deixar os quartéis para fazer política. O dever dos militares é cumprir suas funções de acordo com a Constituição do país. Não precisamos de militares na política, precisamos de civis — homens e mulheres — imbuídos dos melhores pensamentos e objetivos, para trabalhar pela nação brasileira, para que sejamos, de fato, um país mais justo, mais igualitário, mais fraterno, solidário e soberano. Que esse fato ocorrido na história recente do Brasil sirva de exemplo para o mundo, demonstrando que aqui nós temos uma Constituição — e ela é respeitada. E todos aqueles que tentam rasgar a Constituição têm de pagar pelo crime que cometem. A democracia, tão frágil, venceu no Brasil. Agora, daqui para frente, é lutar, porque, como divulgado hoje pelo Ipea, estamos tendo os melhores indicadores sociais de redução da desigualdade, da miséria, da pobreza extrema, de melhoria na distribuição de renda. Isso mostra o Brasil que nós queremos construir. E saúdo aqui o presidente Lula, por estar conduzindo o nosso país, apesar da oposição que enfrenta no Congresso Nacional, apresentando-se, hoje, como uma liderança incontestada no cenário internacional e trabalhando diuturnamente para melhorar a vida do povo brasileiro, com atenção especial aos mais pobres, às famílias em situação de vulnerabilidade social. É esse presidente que vai entrar para a história do Brasil. É esse homem que vai entrar para a história como aquele que debelou uma tentativa de golpe, que impediu que o autoritarismo se impusesse no Brasil. É esse homem que vai entrar para a história como aquele que combateu a fome, que tirou o Brasil do Mapa da Fome, que reduziu os níveis de pobreza e a desigualdade social. É esse homem que será reconhecido como o melhor presidente da história do Brasil. Viva o país soberano e democrático que nós estamos construindo! Golpe, nunca mais! Sem anistia para os golpistas! E que venha o futuro que todos nós desejamos. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Renato Câmara - MDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Não há mais oradores inscritos. Declaro encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h25min).